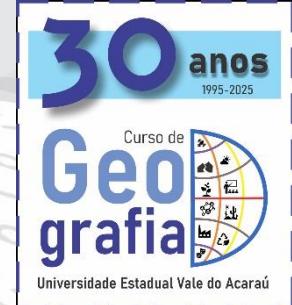




REVISTA  
Casa da

ISSN 2316-8056  
**GEOGRAFIA**  
de Sobral



## A INTERVENÇÃO DO ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER NA CONSTRUÇÃO DOS PERÍMETROS IRRIGADOS NO NORDESTE

**State intervention and power relations in the construction of irrigated perimeters in northeastern Brazil**

**Intervención estatal y relaciones de poder en la construcción de perímetros irrigados en el nordeste de Brasil**

 <https://doi.org/10.35701/rcgs.v27.1207>

Aldiva Sales Diniz<sup>1</sup>

### RESUMO

A intervenção do Estado sempre se fez presente no Nordeste brasileiro. Sua atuação se deu de forma autoritária e paliativa contribuindo para acirrar os desníveis regionais. Essa atuação pode ser dividida em dois momentos, antes e depois da SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste). Este órgão marcou o início de uma política de desenvolvimento regional. Com o seu fracasso vieram outras intervenções através da criação de projetos e programas como a Política de Irrigação para o Nordeste. Entre seus objetivos estava a implementação de Perímetros Irrigados nos vales úmidos do Nordeste, sob a responsabilidade do DNOCS (Departamento de Obras contra as Secas). Estes tiveram como base jurídica o Estatuto da terra aprovado na vigência da ditadura militar. Visava, entre outras coisas, implementar um processo de modernização no campo, através da desapropriação e instalação de uma infraestrutura moderna, desapropriando vários pequenos produtores. A instalação dos Perímetros Irrigados, impôs uma nova organização sócio espacial na área. Houve o aparecimento do "colono" ou "irrigante" um novo agente na organização social do Sertão e a territorialização daquele espaço (Perímetro) pelo Estado através das relações de poder projetadas no mesmo.

**Palavras-chave:** Perímetros irrigados. Território. Relações de poder no campo.

### ABSTRACT

State intervention has always been present in the Brazilian Northeast. Its actions were authoritarian and palliative, contributing to exacerbating regional inequalities. This intervention can be divided into two periods: before and after SUDENE (Superintendency for the Development of the Northeast). This agency marked the beginning of a regional development policy. With its failure came other interventions through the creation of projects and programs such as the Irrigation Policy for the Northeast. Among its objectives was the implementation of irrigated perimeters in the humid valleys of the Northeast, under the responsibility of DNOCS (Department of Works Against Drought). These were based on the Land Statute approved during the military dictatorship. Among other things, it aimed to implement a modernization process in the countryside through expropriation and the installation of modern infrastructure,

<sup>1</sup> Professora dos Cursos de Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGE) da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA. E-mail: aldiva\_sales@uvanet.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9680-4617>



dispossessing many small producers. The installation of the irrigated perimeters imposed a new socio-spatial organization in the area. The emergence of the "colonist" or "irrigator" was a new agent in the social organization of the Sertão region, and that space (Perimeter) was territorialized by the State through power relations projected onto it.

**Keywords:** Irrigated perimeters. Territory. Power relations in the countryside.

### RESUMEN

La intervención estatal siempre ha estado presente en el noreste brasileño. Sus acciones fueron autoritarias y paliativas, contribuyendo a exacerbar las desigualdades regionales. Esta intervención puede dividirse en dos períodos: antes y después de la SUDENE (Superintendencia para el Desarrollo del Nordeste). Esta agencia marcó el inicio de una política de desarrollo regional. Con su fracaso vinieron otras intervenciones mediante la creación de proyectos y programas como la Política de Irrigación para el Nordeste. Entre sus objetivos estaba la implementación de perímetros irrigados en los valles húmedos del Nordeste, bajo la responsabilidad del DNOCS (Departamento de Obras Contra la Sequía). Estos se basaron en el Estatuto de Tierras aprobado durante la dictadura militar. Entre otras cosas, pretendía implementar un proceso de modernización en el campo mediante la expropiación y la instalación de infraestructura moderna, eliminando a muchos pequeños productores. La instalación de los perímetros irrigados impuso una nueva organización socioespacial en el área. El surgimiento del "colono" o "regante" fue un nuevo agente en la organización social de la región del Sertão, y ese espacio (Perímetro) fue territorializado por el Estado a través de relaciones de poder proyectadas sobre él.

**Palabras clave:** Perímetros irrigados. Territorio. Relaciones de poder en el campo.

## INTRODUÇÃO

A intervenção do Estado sempre se fez presente na história da região Nordeste. São muitos os autores que analisam essas intervenções no sentido de avaliar suas ações. Nessa perspectiva, encontram-se os trabalhos de OLIVEIRA, BURSZTYN, CARVALHO, MARANHÃO e mais recentemente o de CASTRO. No entanto, estudos que se propõem a compreender as mudanças ocorridas na vida dos afetados por estas ações, são poucos. A exemplo dessas publicações temos "A Terra e o Homem no Nordeste", uma obra clássica, escrita ainda na década de 1960, que se preocupa em analisar as relações de produção e trabalho desses atores, ou seja, as condições a que estão submetidos os homens do campo, os problemas que os afigem, as suas relações com a terra e as relações pessoais.

Nesta obra de Manuel Correia de Andrade estabelece um marco fundamental da produção crítica da Geografia regional brasileira. Nessa obra o autor coloca que "é o Nordeste uma das regiões geográficas mais discutidas e menos conhecidas do país." (1986, p. 22). Alguns anos depois, Vargas (1988, p. 37) enfatizando essa afirmação, ressalta porém que "por detrás da discussão e do desconhecimento, desvenda-se a cortina do seu processo de ocupação e formação onde o poder dos donos e os donos do poder conformaram historicamente sua posição marginal, a mistificação de uma seca divina e a pobreza da maioria de sua população".

Neste processo, não se deve perder de vista a sobredeterminação das questões políticas sobre o econômico e o social que imprime, através do econômico, concretização da região. Por isso, é interessante para alguns segmentos sociais falar sobre uma "questão Nordeste," que na realidade é uma falsa questão e está na forma de exercício do poder político dessa classe.

Por esse motivo a importância de avaliação dos resultados dessas intervenções. Assim sendo escolhemos os Perímetros Irrigados construídos nos anos de 1970<sup>2</sup>, que tinham como objetivo introduzir um novo modelo de produção agrário/agrícola nessa região, via modernização da agricultura. Assim podemos afirmar que os anos de 1970 foram os anos em que a modernização conservadora do campo chegou a uma fase de consolidação. O Estado foi o grande condutor desse processo, através de uma série de políticas que procuraram adaptar a agropecuária às exigências do avanço do capitalismo.

Podemos destacar que o papel da política de irrigação, impulsionada no final da década de 1960, como vetor de reestruturação do espaço agrário nordestino, aproveitaram o aporte hídrico armazenado durante a *fase hidráulica*. A partir desse período, a irrigação passa a ser o eixo central de uma política que visa, por um lado, a criação de projetos de produção agrícola de tamanho familiar (sob a responsabilidade do DNOCS) e, por outro lado, a exploração do vale do São Francisco. Nos dois casos a ideia era modernizar o campo.

### **Os Perímetros Irrigados no semiárido nordestino**

A Região Nordeste, por causa da irregularidade das precipitações pluviométricas, foi sempre conhecida como a "região problema". Por isso, desde o século passado foi alvo das intervenções governamentais revelando-se como melhor pano de fundo para o jogo de suas elites.

A atuação do Estado no Nordeste brasileiro pode ser melhor compreendida se dividirmos essa intervenção em dois momentos: antes e depois da atuação da SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste).

Antes, as ações do Estado pretendiam somente amenizar as consequências dos períodos de seca, com um caráter nitidamente assistencialista, que Segundo Almeida (1989), se efetivavam em dois níveis distintos: com medidas implantadas após a estiagem, como resposta à constatação de uma nova manifestação do fenômeno, e na criação de uma infra-estrutura que

<sup>2</sup> Vale ressaltar que esta pesquisa foi concluída em 1996, portanto se trata aqui dos Perímetros Irrigados construídos nos anos de 1968/1970, estes tinham como prioridade a distribuição de lotes para a categoria dos pequenos produtores. Já a partir da década de 2000, inicia uma nova fase ocorrendo a expropriação dos agricultores para dar lugar a empreitizamento dos Perímetros apresentando assim, duas fases bem definidas porém diferenciadas em sua estrutura e objetivos.

pudesse permitir a certas localidades resistirem aos períodos de seca. O combate à seca tomava a forma de proteção hídrica que consistia basicamente em reservas de água. Sua ação restringiu-se apenas ao sertão semiárido<sup>3</sup> e seu papel, ao longo dos anos, serviu como mecanismo de reforço às condições de reprodução da estrutura econômica e social, favorecendo a oligarquia dos coronéis do algodão e da pecuária, no sertão, ameaçados em suas próprias bases, pelas calamidades sociais.

Depois da criação da SUDENE ressalta-se o papel do Estado como um componente estratégico de acumulação capitalista. Neste contexto, a ação do Estado, no Nordeste, orienta-se para uma política de desenvolvimento, isto é, uma política que tende a corrigir o desequilíbrio nordestino em relação à economia nacional.

A criação da SUDENE não se dá por acaso. Em nível nacional, a sedimentação da hegemonia econômica do Centro-Sul industrializado exigia a inserção econômica do espaço social nordestino. Por outro lado, no Nordeste, as massas começam a se organizar. Os anos de 1950 a 1959 constituíram, de fato, uma fase de grande ebullição social no Nordeste. A pressão da população camponesa, especialmente das ligas camponesas e dos emergentes sindicatos rurais, geraram um agravamento das tensões sociais e aceleraram o êxodo rural, transferindo os problemas do campo para as cidades. Essa ascensão das forças populares colocaram em risco o poder da burguesia nordestina levando o Estado a alterar o seu papel na região.

Assim o Governo Federal resolveu adotar com urgência medidas para promover o desenvolvimento econômico, única forma de resgatar o poder político e superar o impasse social que, a esta altura, já se revestia de problema de segurança nacional. Sob esse aspecto o Estado não espelha exclusivamente os interesses dos grupos dominantes, mas intermedia, através de suas ações, as relações com as classes sociais com as lutas de classe. Assim, cumpre o seu papel de mediar o conflito entre as frações dominantes e dominadas, especialmente em suas tentativas para dividir desorganizar as massas dominadas.

Nesse sentido, o Estado apresenta-se, conforme Poulantzas (1985, p. 17), como "uma ossatura material própria que não poderia de maneira alguma ser reduzida à simples dominação política. O aparelho de Estado (...) não se esgota no poder do Estado. Mas a dominação política está ela própria inscrita na materialidade institucional do Estado. Se o Estado não é integralmente

<sup>3</sup> O espaço que correspondia a região algodoeiro-pecuária predominando por todo o sertão-semiárido. É o espaço dos grandes proprietários de terra, os famosos coronéis, em cujas propriedades se utilizavam relações sociais de produção baseadas na parceria, sendo comum o morador de condição que tinha algumas obrigações para com o patrão.

produzido pelas classes dominantes, não o é também por ele monopolizado: o poder do Estado (o da burguesia no caso do Estado capitalista) está inscrito nesta materialidade".

Para este autor o Estado é moldado pela própria luta de classe. Não está reduzido somente a uma relação de forças, ele apresenta uma opacidade de uma resistência própria. Não é um objeto de poder da classe dominante, nem um sujeito que possui um poder próprio, ou seja, não é uma entidade que existe por si mesmo. Em vez disso, é um local para a classe dominante organizar-se estrategicamente em uma relação com as classes dominadas. Dessa forma, uma mudança de poder do Estado não basta nunca para transformar a materialidade do aparelho do Estado.

Portanto, a SUDENE, respondendo a um processo de acumulação ampliada do capital, cumpre o seu papel no sentido de deslocar os esquemas de reprodução próprios da economia do Nordeste, substituindo-a pelos monopólios e oligopólios do Centro-Sul, passando este a controlar o desenvolvimento da região<sup>4</sup>

O brusco rompimento da ordem democrática pós 1964 minimizou a importância do projeto desenvolvimentista como forma de controle das tensões e dos conflitos na região, reduzindo a importância política da SUDENE. A ação do Estado, pós esse período, se efetivava para orientar, incentivar e intervir diretamente para acelerar as formas capitalistas de produção e, ao mesmo tempo, solidificar os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra, base da aliança que fez o golpe de 1964.

Nesse caso, sendo o Estado uma correlação de forças entre as classes e frações de classes conforme afirma POULANTZAS (1985), ele tem um papel organizativo que representa a classe, ou as classes, dominante(s). Assim o Estado, sua política, suas formas, suas estruturas, traduzem os interesses da classe dominante não de modo mecânico, mas, através de uma relação de forças que faz dele uma expressão condensada da luta de classe em desenvolvimento.

No Fim da década de sessenta a SUDENE perdeu a substância do planejamento regional, foi esvaziada e transformada em um órgão de planejamento e coordenação. Transformou-se em uma agência meramente repassadora de verbas e executora de decisões vindas do alto.

<sup>4</sup> A respeito da questão, ler sobre o 34/18 mecanismo que possibilitou a destruição da economia regional e a transferência dos grupos do Centro-Sul para o Nordeste. Estes mecanismos foram criados respectivamente pelas Leis nºs 3.959/60 e 4.239/63. O primeiro facultava às pessoas jurídicas e de capital 100% nacional efetuarem a dedução de até 50% nas declarações de imposto de renda, para instalação de indústrias consideradas pela SUDENE, de interesse para o desenvolvimento do Nordeste. No segundo, a pessoa jurídica poderá descontar do imposto de renda e adicionais não-redutíveis que deva pagar: a) até 75% do valor das obrigações que adquirir, emitidas pela SUDENE, através do Fidene, para o fim específico de ampliar os recursos do mesmo fundo b) até 50% de inversões compreendidas em projetos agrícolas ou industriais que a SUDENE declare de interesse para o desenvolvimento do Nordeste.

Nesta fase inicia-se uma nova forma de intervenção para o Nordeste. Esta seria concentrada em espaços econômicos restritos, mais susceptíveis de desenvolvimento e com capacidade de resposta mais imediata. Assim, sucederam-se os projetos-impactos, os decretos, os pacotes e os programas especiais. Entre eles destaca-se o Programa de Irrigação para o Nordeste apresentado como solução para os problemas decorrentes das secas e para a melhoria do padrão de vida das populações do semiárido.

A partir desse período, a irrigação passa a ser o eixo central de uma política que visa, por um lado, a criação de Perímetros Irrigados de produção agrícola de tamanho familiar (sob a responsabilidade do DNOCS), e, por outro lado, a exploração do Vale do São Francisco, onde a tendência é a instalação de grandes empresas. No primeiro caso, a função do Estado é a criação de pequenas empresas baseadas no trabalho familiar e o estímulo ao uso de técnicas modernas.

O Programa de Irrigação destinava-se à criação de infraestrutura econômica, à aplicação de capitais públicos, à expropriação de terras, enfim, à organização de um espaço para a atividade capitalista no campo, tendo por base as experiências do DNOCS como administrador de bens públicos.

O projeto dos Perímetros de Irrigação, tem como base jurídica o Estatuto da Terra (Lei no. 504, de 30-11-64), aprovado na vigência da ditadura militar. Este traz duas propostas bem nítidas no que se refere a política fundiária: a Reforma Agrária e a Colonização, sem que uma excluisse a outra. Mas, sabe-se que a colonização foi uma medida paliativa implementada pelos governos militares que tentavam "resolver" a questão do acesso à terra em face aos crescentes conflitos ocorridos no campo e também como forma de aumentar a produtividade no meio rural, integrando-o ao contexto do capitalismo nacional.

Assim, a partir de 1964, o Estado implementa mudanças de caráter conservador, ou seja, conduz a um processo de modernização da agricultura mantendo inalterada a estrutura fundiária que seria, segundo GRAZIANO (1982), uma dolorosa modernização<sup>5</sup>. Isto seria uma forma de incentivar e intervir diretamente para acelerar as formas capitalistas de produção e, ao mesmo tempo, consolidar os interesses comuns da burguesia e dos proprietários de terra.

Neste caso, a criação de perímetros irrigados visava solucionar duas questões fundamentais: uma política e outra econômica. A solução vislumbrada para a questão política visava dar respaldo ao pacto firmado no golpe de 1964, no sentido de não fazer uma reforma

<sup>5</sup> Dolorosa modernização, é aquela "que privilegia apenas algumas culturas e regiões assim como alguns tipos específicos de unidades produtivas. Jamais será uma transformação dinâmica, autossustentada; pelo contrário será, uma modernização induzida através de pesados custos sociais e que só vinga pelo amparo do Estado (1982, p. 40)

agrária. Decorre daí o fato do Governo ter optado, no caso específico do semiárido, por um processo de colonização via criação de perímetros de irrigação. A econômica visava implementar a modernização na produção agrícola, introduzindo novas técnicas e novas formas de produzir no campo.

Assim, a implantação dos Perímetros Irrigados foi a tentativa de mascarar os problemas no campo, permitindo o acesso à terra e o aumento da produtividade para um reduzido grupo de pequenos produtores, com o discurso de democratizar o acesso à terra. No entanto, atrás desse discurso, estava o interesse econômico em modernizar as relações de produção no campo, pois a pesquisa mostrou que o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para implantação dos Perímetros Irrigados foi superior às famílias selecionadas como irrigantes. Essa é uma das críticas feitas a esta política por alguns autores, como por exemplo Burstyn (1985).

Segundo ele

A expulsão de número maior de trabalhadores em relação ao número de absorvidos nos projetos se dá devido ao fato de que as terras irrigáveis situadas a jusante dos açudes são, tradicionalmente, densamente povoadas por pequenos produtores. Além disso, a maior parte dos colonos escolhidos por um projeto não são, em geral, oriundos das terras desapropriadas pelo DNOCS... o que indica que os perímetros são, em um primeiro momento, um fator propulsor do êxodo rural. (1985, p. 85)

Da forma como foi implementado o processo de modernização na produção agrícola nos vales úmidos do Nordeste, especialmente do Ceará, pode-se afirmar que expansão do modo de produção capitalista de produção é desigual e contraditória pois o "capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar camponês. Ao contrário, ele, o capital, tendo o Estado a seu serviço, o recria para que sua produção seja possível e com ela possa haver também a criação de novos capitalistas" (OLIVEIRA, 1991, p. 20).

Portanto, a intervenção do Estado, via criação de Perímetros Irrigados, produziu um espaço adequado às necessidades do modo de produção capitalista, ao viabilizar a transformação da renda da terra em capital, utilizando-se das relações de trabalho familiar e não contratando mão-de-obra assalariada. Em outras palavras, a criação de um Perímetro Irrigado, através da intervenção do Estado, utilizando-se de técnicas modernas, caracteriza uma subordinação direta ao capital uma vez que os irrigantes são convertidos em pequenos capitalistas e sua condição de sobrevivência como produtores constitui a reprodução do próprio capital, materializado na forma de máquinas, adubos, sementes selecionadas, etc., o que seria a subordinação direta ao capital.

Assim, o irrigante deixa de ser explorado pelo dono da terra e passa a ser subordinado tanto ao capital financeiro, quanto precisa contrair empréstimos no Banco, quanto ao capital industrial.

Como forma de controlar e organizar a produção no interior dos Perímetros de Irrigação, foram criadas as cooperativas dos irrigantes tendo como objetivo viabilizar o retorno dos investimentos feitos nos mesmos através do crédito agrícola assistência técnica, comercialização.

Nesse caso, o Estado além de manter seu controle (autoritário e paternalista), pode utilizá-lo como instrumento econômico e político e, assim viabilizar os mecanismos de reprodução ampliada do capital. Nesse caso é importante lembrar a observação de Kautsky (1989), que parece válida até hoje, quando ele afirma que "sem dúvida, as sociedades de crédito são, para os camponeses, da maior importância como meio de progresso econômico, eu não digo de progresso rumo ao socialismo, conforme muitos pensam, mas sim de progresso rumo ao capitalismo, e tal progresso é de grande valor econômico". (1989 p. 19).

Portanto, o controle da produção se dá através das cooperativas, porque estas, segundo nos lembrou Sorj (1980),

Apresentam-se como o mecanismo através do qual o Estado disciplina o pequeno produtor no uso de crédito e insumos modernos, ao mesmo tempo que oferece ao Estado uma organização relativamente fácil de penetrar e manipular, seja pela própria tendência das direções das cooperativas a se desvincular das bases, seja através dos mecanismos materiais e legais pelos quais a cooperativa depende do Estado. (SORJ, 1980, p. 76).

Considerando que o território forma-se a partir do espaço e é resultado de uma ação conduzida por um ator, no caso o Estado, aquele espaço a partir do momento que sofre a intervenção, passa a ser o território daquele ator através do controle concreto e disciplinar de um espaço delimitado.

Assim sendo, quando o Estado cria um Perímetro Irrigado não só organiza espaço mas cria seu próprio território que, segundo Raffestin (1993), seria um espaço delimitado por e a partir das relações de poder, ou seja, são as relações de poder projetadas no espaço.

Aqui, o processo de produção do território é determinado pela infraestrutura econômica e regulado pelo jogo político. Implica na apropriação do espaço (Perímetro) pelo ator (Estado) que o territorializa. O domínio do espaço reflete o modo como os indivíduos ou grupos poderosos dominam a organização e a produção do espaço mediante recursos legais ou extralegais, a fim de exercerem um maior controle.

Por isso, os irrigantes para ingressarem no Perímetro passavam por uma seleção feita pelo DNOCS que para tal possuía uma matriz de avaliação que envolvia o conhecimento da vida

do candidato e de sua mulher. Primeiro, o trabalhador se candidatava a uma vaga e preenchendo os requisitos exigidos pelo programa, era selecionado. Posteriormente, o candidato era visitado por uma equipe técnica. Dentre os itens destacados pelo programa estavam o volume de mão-de-obra familiar e as experiências agrícolas. Além desses requisitos exigidos, a vida pregressa do candidato a irrigante era bastante investigada. Uma vez satisfeitas todas as exigências, os trabalhadores eram instalados nos lotes, onde deparavam-se com uma série de imposições colocadas pelo DNOCS.

Como se pode observar, o próprio processo de seleção já se constituiu numa forma de controle sobre os irrigantes, o que passou a ser constante, na vida desses atores, pois ao entrarem no perímetro já encontravam as regras preestabelecidas. Cibia a estes seguir o modelo de comportamento social, econômico e tecnológico do projeto.

O antigo parceiro arrendatário ou morador de condição não só recebe um novo apelido (como o de "irrigante" ou "colono"), mas também um novo modo de viver, de produzir, de trabalhar a terra. Essas mudanças levavam à fabricação do "colono modelo", aquele que iria seguir as determinações pela racionalidade da agricultura moderna, consolidando portanto os mecanismos de controle que permeiam a vida econômica e pessoal do irrigante.

Casto (1992), ao discutir sobre o mito da necessidade nordestina analisa que um espaço criado a partir de critérios político-administrativos, pode ser diferente daquele de vivência (ou de identidade). Isto é, as áreas definidas a partir de decisões de um poder centralizado possuem um significado próprio e articulam novas escalas territoriais de relações sociais.

O projeto de irrigação gera um processo desterritorializante que é ocasionado pela perda da territorialidade anterior e pelas contradições entre o novo modo de produção desenvolvido no projeto e o sistema de exploração tradicional. Há uma ruptura do processo de transformação historicamente desenvolvido pelo antigo produtor que se tornou irrigante, porém ele não se desfaz imediatamente das relações anteriores, esse é um processo lento e doloroso de desenraizamento que ocorre as custas de uma pressão muito forte por parte do DNOCS. Os irrigantes se submetem este pela questão da própria sobrevivência, conforme mostram os depoimentos a seguir: "Rapaz, no começo não era bom não; ele judiou muito com nós e nós tinha medo de sair, dele botar nós pra fora. Ai nós ficava sofrendo." "...era muito sofrimento. Aquela coisa do DNOCS impunha, a gente tinha que se acostumar com aquilo..." "Logo no início, assim que cheguei, foi difícil a gente não tinha noção das coisas como devia ser"

Os colonos adaptados aos mecanismos impostos pelo DNOCS tornaram-se então uma categoria social bem diferenciada da estrutura tradicional. Sua denominação - colonos ou

irrigantes - torna-se um imperativo não só para a análise teórica, mas também para a quotidiana das relações sociais ao nível local, da mesma forma que as expressões, camponês, meeiro, morador de condição, etc., foram consagradas." (BURSZTYN, 1985, p. 82). De maneira geral o nível tecnológico, a mentalidade concorrencial e a racionalidade econômica impostos aos irrigantes contrastam com o esquema tradicional a que eles estavam habituados e que persiste ainda fora dos limites do Perímetro.

O aparecimento do "colono" ou "irrigante", surge também, como um novo agente na organização sócio espacial do Sertão pois, nesta sociedade, caracterizada pela dominação do tipo coronelista, não havia lugar para a classe média ligada à produção.

Esta classe média, que foi patrocinada pelo próprio Estado, reflete, a reprodução de uma prática paternalista e ao mesmo tempo autoritária, que tornou-se o traço marcante dos projetos agrícolas irrigados do DNOCS. Da mesma forma como o Estado desempenhou um papel decisivo para a emergência dos "Koulaks", na Rússia ou dos "yunkers", na Prússia, no final do século XIX, o Estado brasileiro assume paternidade dos colonos. Entretanto, o caráter conservador e os condicionantes da legitimação o levam a assumir um papel reformista relativamente limitado: ele cria uma versão local do "Koulak", mas também recria o latifúndio.

O caráter paternalista do estado se manifesta em todos os aspectos no projeto como: a construção do perímetro, a formação do espírito empresarial dos irrigantes, o fornecimento de máquinas agrícolas, as negociações para a venda da produção, a assistência técnica, a educação dos filhos, etc. Dessa forma, o Estado transfere as relações, historicamente, paternalistas para o campo, desenvolvendo a mesma ideologia de dependência junto às famílias dos irrigantes.

Portanto, "ser irrigante é uma condição 'sine qua non' de acesso à modernização tecnológica que compreende desde a complexa tecnologia de irrigação, a orientação técnica, a adoção do plano de exploração agrícola determinado para seu lote até a concessão de financiamento necessário à atividade produtiva, gozando, portanto, de uma situação privilegiada." (ALMEIDA, 1989, p. 26).

Percebe-se que o Estado capitalista tem progressivamente investido e contribuído para a organização do espaço. O seu papel na organização espacial se faz, ligado às necessidades de socialização dos custos necessários à acumulação capitalista. Este possui uma estratégia de organização espacial que lhe é aparentemente específica e praticamente não tem restrições locacionais, tendo como finalidade a acumulação de capital e reprodução da força-de-trabalho. Por ter a sua ação vinculada sobretudo às necessidades de acumulação do capital e à

consequente reprodução social, esse agente produtor do espaço, no caso o Estado, age especialmente de modo desigual e beneficia certas frações do capital.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Perímetros Irrigados caracterizam uma intervenção onde um reduzindo número de pequenos produtores tem acesso à terra, à crédito e à assistência técnica e a uma moderna tecnologia, tornando-se um verdadeiro “enclave” no Sertão semiárido. Assim o Estado teve um papel decisivo na expansão capitalista, através da criação desses “enclaves” ou “locus” privilegiado, como afirma Bursztyn (1985). Estado cria novos grupos nos quais uma pequena burguesia no campo, antes insistente, começa a surgir como produto direto dos programas de desenvolvimento regional, como é o caso dos irrigantes.

Pode-se dizer que, no Perímetro, a modernização conservadora se concretizou muito claramente, não somente através da implantação de uma moderna tecnologia, mas também colocando o pequeno produtor numa relação direta com o capital. Isso se deu na medida em que os irrigantes passam a ser consumidores de certos equipamentos e insumos destinados a agricultura. O caráter conservador é representado, também, por modificações nas relações de produção sem que a estrutura fundiária fosse transformada. Nesse caso, pode-se dizer que a ação do Estado traduz a ideia de mudar um pouco para não mudar nada.

Assim, conforme já foi colocado anteriormente, a implantação dos Perímetros Irrigados foi a tentativa de mascarar os problemas no campo, permitindo o acesso à terra e o aumento da produtividade para um reduzido grupo de produtores, com o discurso de democratizar o acesso à terra. No entanto, atrás desse discurso, estava o interesse econômico em modernizar as relações de produção no campo, pois a pesquisa mostrou que o número de famílias expulsas das áreas desapropriadas para implantação dos Perímetros Irrigados foi superior às famílias selecionadas como irrigantes

No decorrer da pesquisa, constatamos que os irrigantes tiveram mudanças significativas, mesmos os bem sucedidos ou não, têm uma qualidade de vida melhor que dos os agricultores não absorvidos no Perímetro. Porem sua reprodução enquanto classe social apresenta-se ameaçada. Não somente em termos físicos, no que se refere ao tamanho do lote mas, pela invasão de “particulares” que começam a se apossar das áreas de sequeiro, e isso tem gerado vários problemas.

Soma-se a isso que o processo de territorialidade criada pelos irrigantes foi muito intenso, gerando diferenciações entre os “de dentro” e os “de fora”. Essas diferenças podem gerar conflitos que não podem ser descartadas das reflexões teóricas, pois o perímetro Irrigado constitui a base territorial do irrigante e foi nessa base que sua identidade foi induzida.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, Maria Geralda de. Geografia cultural e Geógrafos culturalistas: uma leitura francesa, GEOSUL, Ano VIII, no 15, 1º semestre de 1993.
- Política de irrigação: promessas de prosperidade no sertão do semiárido sergipano, 1989 (mimeog.).
- ANDRADE, Manoel C. A Terra e o Homen no Nordeste. 5a edição São Paulo: Atlas, 1986. Poder político e produção do espaço. Recife: Massangana, 1984. BARREIRA, Cesar et al. A Política agrária governamental e as formas de ocupação de terras no Nordeste. NEPS-UFC, Fortaleza: (mimeog.).
- BRUM, Argemiro Jacob. Modernização da agricultura: trigo e soja. Rio de Janeiro: Vozes, 1988. BURSZTYN, Macel. O Poder dos donos. Rio de Janeiro: Vozes, 1985.
- CARA, Roberto B. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SANTOS, Milton (org.) Território globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994.
- CARVALHO, Otamar de. Políticas de desenvolvimento e modelo de gestão: Avaliação dos programas de desenvolvimento regional. Projeto Áridas. Outubro, 1994.
- CLAVAL, Paul. Espaço e poder. Trad. Walter Dutra. Rio de Janeiro, Zahar Editores: 1979.
- CORRÊA, Roberto L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de e outros (org.). Geografia conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton (org.). Território globalização e fragmentação. São Paulo, Hucitec, 1994.
- DINIZ, Aldiva Sales. Castanhão em questão: um estudo das práticas políticas, sociais e dos impactos em torno da construção da barragem. Monografia. Mossoró/Fortaleza: monografia de especialização, FURRN/SEMAP, 1993.
- DNOCS. Gerência dos perímetros irrigados: estrutura, princípios gerais e normas regimentais. Recife, 1971. Lei no 6.662, de 25 de junho de 1979. Dispõe sobre política nacional de Irrigação. Fortaleza, 1993.
- FICHEIRA, Delfina T. Estado e território: suas relações e globalização In: SANTOS, Milton (org.) Território globalização e fragmentação, São Paulo: Hucitec, 1994.
- FREITAS, Célia M. O Processo de adaptação de colonos em área de irrigação programada: Curu Paraipaba/DNOCS. Dissertação de Mestrado, fortaleza: UFC, 1984.
- GEIGER, Pedro P. Des-territorialização e espacialização In: SANTOS, Milton (org.) Território globalização e fragmentação, São Paulo, Hucitec, 1994.
- KAUTSKY, Karl. A Questão agrária. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.
- MARANHÃO, Silvio. A Questão Nordeste. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal,
- RAFFESTIN, Claude. Por uma Geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993. 1985.
- SILVA, José Graziano da. A Modernização dolorosa. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO Iná Elias de e outros (org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.